

EGRESSAS DO CURSO EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS STTRS DA TRANSAMAZÔNICA: NOVO GÊNERO DO SINDICALISMO RURAL?

Alcione Sousa de Meneses

GT 4: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, floresta, e das águas num mundo de crises.

As análises centram-se no repertório de ações de mulheres egressas do curso universitário Educação do Campo junto ao sindicalismo rural e as implicações para a ação coletiva do campesinato. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram focar as agências destas egressas em posição de lideranças e/ou dirigentes sindicais em diálogo com elementos que demarcam a socialização das mesmas: o passado socializador na ação coletiva e a formação universitária em cursos diferenciados. Analiso, tomando alguns casos específicos, as posições sociais e rede de mediação que estas egressas têm construído hoje com a posse do capital cultural institucionalizado. Há em curso uma possível transformação no espaço político tradicionalmente representativo da hegemonia masculina, atualmente questionado pelo saber-fazer feminino.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, relações de gênero, sindicalismo rural, formação universitária diferenciada

INTRODUÇÃO

Este artigo, como pano de fundo das análises, aborda repercussões de políticas públicas, sobretudo as mudanças no mundo rural sob a ótica do gênero, cujas pesquisas da área não fazem menção às contribuições de políticas públicas educacionais específicas para o campo (cf. PARRY SCOTT, 2010, dentre outras). As mulheres sujeitas deste artigo são egressas do curso Educação do Campo pertencente ao campus de Altamira da Universidade Federal do Pará e hoje estão atuando na presidência dos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTRs) da região Transamazônica¹.

O curso de licenciatura em Educação do Campo foi instituído com recursos do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), implantado em atendimento à uma ampla base de

¹ Localiza-se no Oeste do Pará. Sete dos dez municípios (Pacajá, Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Gurupá) que a constituem têm relação direta com a abertura de BR 230, a estrada Transamazônica, ou sofrendo profundas modificações socioeconômicas, ou sendo criados a partir das vilas e agrovilas que compunham esse projeto. A criação desses novos municípios também se deu como estratégia de luta dos colonos pioneiros para se colocarem na disputa por recursos públicos, bens e serviços sociais junto ao Estado, seja constituindo os STTRs próprios, seja disputando as prefeituras dos municípios recém-criados.

reiniciações de camponeses, povos e comunidades tradicionais em nível local e nacional, por essa origem política, por ser direcionado ao público de agricultores camponeses, ribeirinhos, indígenas dentre outros pertencimentos socioculturais e identitários e ainda por suas características pedagógicas referendadas na Pedagogia da Alternância, esse curso é definido como diferenciado². Além da formação universitária em curso diferenciado, os marcos temporal e histórico comuns a estas egressas desenham a sua condição social em termos de características econômicas e políticas inseparáveis das ações públicas e da dinâmica da estruturação agrária no processo conformativo da região Transamazônica. Essa condição social se exprime por três processos sociais:

a) A constituição do campesinato de fronteira na Amazônia como expressão do capitalismo autoritário (VELHO, 1979). b) A relação das famílias de referência desses egressos com os desdobramentos e ações inerentes à construção e reprodução da colonização, reconhecida localmente como estrada Transamazônica (BR 230). Tal projeto de colonização agrícola foi uma alternativa importante como estratégia para viabilizar o acesso e a posse da terra, mediante a condição de colono e a sedentarização decorrente de um passado migratório em busca de terras para trabalhar. c) A organização social de base sindical, forma de resistência coletiva visando às possibilidades de permanência na terra e na região, de fato reivindicante de investimentos do Estado para além do iniciado e alardeado projeto de colonização da década de 1970, sem a completa implementação deste projeto.

Os atores sociais representativos da atividade agrícola por meio do Movimento pela sobrevivência na Transamazônica (MPST), do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) e da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) vêm se posicionando, por ação coletiva, em relação concorrencial ou de parcerias no campo de disputas por recursos diversos junto à ação pública. Tal coletivo se auto define como o 'grupo do movimento social da região'.

A leitura das características que desenham a atuação mediadora de

² O termo educação ou ensino diferenciado trata-se de uma espécie de "guarda-chuva" aglutinador de diversas experiências de escolarização básica e universitária fundamentadas no princípio do diálogo epistemológico entre saber popular e saber científico, interculturalidade e representação democrática. Os cursos diferenciados inseriram-se no amplo movimento ou projeto político posto em curso por povos e comunidades tradicionais a partir de 1990, pelo Movimento Nacional por Uma Educação do Campo, sob o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

egressas daqueles cursos, sugere reconversões e, mais, um possível quadro de mudanças também no espaço político base do movimento social protagonizado pelos camponeses na região Transamazônica que é o sindicalismo rural. Me reporto ao dado a seguir acerca da ascensão de 'mulheres estudadas'³ aos cargos de direção dos STTRs: da escolarização universitária dessas mulheres (entre 2015 e 2017) até agora, ao todo são sete mandatos em quatro municípios: Senador José Porfírio, Brasil Novo, Uruará, Placas, sendo que em Placas já são dois mandatos consecutivos da mesma egressa e em Brasil Novo são dois mandatos consecutivo de egressas, mas conduzidos por pessoas distintas, nesses dois a gestão dos STTRs iniciou-se ainda quando elas eram estudantes do curso Educação do Campo. Ou seja, há em curso uma possível transformação no espaço político tradicionalmente representativo da hegemonia masculina, tendo em vista que até então apenas homens haviam assumido a presidência de STTRs, certamente são conteúdos socioculturais sucedidos das relações viricentradas estruturantes das sociedades ocidentais. No meio rural, tais relações ganham matizes mais intensos advindos da forma de organização do trabalho familiar no modo de produção camponês, no qual à mulher é reservado um "lugar invisível", ao homem, o lugar da decisão e da ação.

Esse dado (direções e vice direções de STTRs assumidas por mulheres com ensino superior) extrapola os limites do que é quantificável, pois parece desestabilizar as hierarquias entre gêneros e tornam visível o esforço coletivo em assumir a formação universitária como estratégia de reprodução social em um contexto de instabilidade política e social da condição camponesa, provocada por dois elementos presentes nas atuais relações onde se inserem as 'mulheres estudadas': 1- A partir da década de 1990, tem-se a "crise da base", assim definida pelos agricultores referindo-se ao arrefecimento da capacidade de mobilização e formação política dos STTRs, no cenário de acesso aos créditos rurais do FNO Especial e PRONAF, a projeção de importantes lideranças regionais em cargos públicos e políticos e o surgimento de diversas associações e cooperativas de produtores rurais que garantiram a afirmação e legitimação política regional do movimento social camponês da Transamazônica, por outro lado, passaram a exigir

³ Expressão utilizada pelos entrevistados para se referir às agentes que possuem escolaridade básica e, especialmente, universitária.

um perfil dos STTRs mais gerencial e técnico; 2-O contexto de desmantelamento de políticas públicas a partir de 2017 com a ascensão da extrema direita na condução do Estado brasileiro (JORDAN, U. et all, 2013).

MOBILIDADES SOCIAIS PROVOCADAS PELO ENSINO SUPERIOR

O tema da mobilidade social ganha sentido quando situado na temática das reconversões sociais, entendidas como movimentos transversais e horizontais que subjazem modificação de capitais de origem para formas de capitais mais rentáveis e disputados, visando “modificar para conservar” a posição de grupos ou indivíduos na estrutura social (BOURDIEU, 1996, p. 151). Em um quadro de instabilidade sociopolítica, a ascensão de mulheres com ensino superior diferenciado assemelha-se à incorporação deste elemento externo ao campesinato como parte de suas estratégias de reprodução social, considerando-se a necessidade de novas espécies de capitais para manutenção do protagonismo político do mesmo, a constituição de quadros institucionais próprios, bem como o investimento em formação de seus próprios agentes mediadores, das estratégias para permanência na terra e em condição de ascensão política, continuamente ameaçada, a exemplo do desmantelamento de políticas públicas.

Gênero, a partir das análises de Joan Scott (1986) refere-se a papéis sociais atribuídos aos sexos, logo ser/atuar como mulher tem um caráter relacional ao que é atribuído ao homem, aos atributos morais, simbólicos, estéticos e até cognitivos reservados às mulheres e aos homens, estreitamente atrelado ao acesso diferencial a recursos e a ‘lugares de fala’ para ambos. Sobre este aspecto nas sociedades rurais, trago ao diálogo as reflexões de Gema Esmeraldo (2013) em seus estudos sobre gênero e protagonismo político para a qual a ordem simbólica típica da unidade de produção e consumo camponês que destina ao trabalho feminino à “casa” e atribuiu o trabalho masculino ao “roçado”, à elas o lugar de “ajudantes” e a eles o lugar de “protagonistas”, “[...] é responsável pela produção de padrões de comportamentos alicerçados numa ordem binária e sexuada que diferencia e hierarquiza o trabalho segundo o sistema sexo/gênero” (idem p. 238). Para Esmeraldo, o sistema simbólicoalicerçado nos lugares de trabalho para o masculino e o feminino, fazem construir também a hierarquia nos lugares políticos destinados

a homens e a mulheres em organizações.

Essa ordem socioeconômica e simbólica estruturante do universo cultural camponês e o fato ser a primeira vez nos quase 50 anos de trajetória política regional que as mulheres estão assumindo cargos de direção em STTRs até então dirigidos por homens, são, respectivamente, expedientes explicativos e visibilizadores de uma das representações mais significativas do lugar político tradicionalmente atribuído às mulheres na ação coletiva do campesinato na região Transamazônica, trazidas à tona por Moacir Feiteiro (85 anos. Liderança antiga do 'grupo do movimento social da região'):

Nós, os brutos [apontando para as várias lideranças masculinas presentes na reunião onde Moacir se expressou], a gente tinha que ser bruto para enfrentar a direita, os pelegos, pra mobilizar [menção ao tempo inicial de estruturação do movimento social local], mas a gente precisava de alguém que escrevesse nossos documentos, panfletos, divulgasse. A gente deixava essa parte para elas [apontando para as mulheres presentes].

Ainda que tal representação mental e a realidade empírica estejam em mudança, elas, certamente, são uma codificação de gênero circulante na cultura política, e naturaliza lugares de atuação e de exercício de poder, pois "as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino (SCOTT, 1986, pp. 26-27". A hierarquia e a naturalização de lugares políticos, nesse caso, estaria na ideia de que às mulheres é atribuído um protagonismo interno aos quadros institucionais da ação coletiva, um quase "lugar semipúblico" típico da organização burocrática, da escrita (habilidade há muito destinada às mulheres do movimento), sobretudo no contexto de criação da posição relacional entre masculino e feminino na ação coletiva.

Esta certamente é uma das razões pelas quais, até por volta de 2014, as mulheres quando entravam nas direções dos STTRs eram em cargos de secretárias, tesoureiras ou, em alguns poucos casos, vice-diretoras. As cinco mulheres, todas egressas do curso Educação do Campo, (Jéssica/município de Placas; Simone 22/Uruará; Giovana/Brasil Novo; Mariângela/Brasil Novo; Elenice/Gurupá) na faixa etária entre 28 a 40 anos, que compõem o universo das interlocutoras neste artigo, têm suas trajetórias nos STTRs assim configuradas por deslocamentos profissionais/militantes verticais: iniciaram como formadoras de lideranças em cursos do 'grupo do movimento social da região' ou como secretárias, tesoureiras,

e, a partir da formação universitária, evoluíram à vice presidentes ou à presidentes. Em dois casos, elas também já atuaram ou estão atuando como vice coordenadoras da FETAGRI Regional junto à qual se articulam os STTRs da região. Mudanças na histórica condição de subalternidade da mulher nos espaços políticos, como as organizações sociais camponesas em outros contextos, vem se dando há três décadas, é o que apontam estudos acerca de outras realidades nacionais, como os realizados por Neves e Medeiros *et all* (2013).

Na região Transamazônica, como se observa nos dados anteriormente expostos, o ingresso de mulheres nos quadros políticos sindicais como presidentes é muito recente, também não há um movimento de mulheres sindicalistas, apesar de que elas sempre estiveram presentes nos quadros institucionais da ação coletiva criando condições de possibilidade para sua existência, diferente de outras realidades nacionais como a nordestina, estudada por Esmeraldo (2013), que há muito tempo têm assistido à ascensão de mulheres em direções de STTRs. Aqui são mulheres jovens com capital cultural institucionalizado via diploma universitário e detentoras de habilidades distintas dos homens não escolarizados.

Nesse possível universo político em mudanças no contexto regional, trazido pela inserção política de mulheres em espaços de decisão, um fato se repete: as mulheres que têm ascendido às direções são oriundas de famílias com tradição de luta no 'grupo do movimento social da região' e que fundaram os STTRs, assim, o tipo de redes por elas tecida são fundadas em vínculos ou 'laços fortes'⁴ com aquele grupo, permanecendo padrões de "familiarização" na condução desses espaços políticos e de sua credibilidade ao modo de territórios de parentesco como nos inspira pensar as reflexões de Comerford (2003) a partir de suas pesquisas sobre o sindicalismo rural na Zona da Mata mineira. Desta forma, essas mulheres têm aliado ao capital universitário, o capital social político advindo de suas famílias de orientação, herdando redes de períodos anteriores para suas atuações. Mas, numa tradição onde homens detêm potencialmente condições para a sucessão geracional nesses cargos de direção (se não, detêm as regras que regem o acesso para tal), por

⁴ Diz respeito à antiguidade da relação entre o "nó" da rede (o movimento social representativo do campesinato na Transamazônica) e os agentes que com ele tecem relações, diz respeito também à intensidade afetiva e à frequência de troca de serviços, bens (materiais, simbólicos), etc. (Cf. PORTUGAL, 2007).

que as 'mulheres jovens estudadas' o estão assumindo? Recorro novamente à Joan Scott (1986, p. 27) quando ela pergunta: “[s]e as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como é que as coisas mudam?”

“As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder [...]”, destaca Joan Scott (1989, p. 21). Portanto, um caminho possível para refletir acerca das mudanças de percepção (auto e hetero), nas figurações ou vínculos sociopolíticos entre homens e mulheres, seria pensarmos que a representação binária no contexto rural junto à classe a qual as 'mulheres estudadas' pertencem tem ganhado outros sentidos, típicos da busca por profissionalização da atuação mediadora no interior dos quadros institucionais em um contexto de instabilidade, nesse caso, o lugar da formação universitária e a expertise profissional e acadêmica caberia mais ao feminino nessa estrutura, que já atribuía à mulher o espaço interno da organização burocrática, a lida com a escrita, a divulgação das ações e a formação dos demais agentes. As contribuições de Favareto (2006) acerca do novo sindicalismo e suas transformações na década de 1990, e de Parry Scott (2010) sobre a repercussão de políticas públicas no campo, parecem promissoras para analisarmos o contexto local/regional em diálogo com o nacional:

O chamado novo sindicalismo, o qual se estrutura em meados da década de 1970 já com a finalidade de se contrapor ao sindicalismo patronal, nasce assumindo ações mais colaborativas junto à elaboração de políticas públicas, além das reivindicações clássicas no campo da profissionalização do trabalho agrícola, reforma agrária, etc. Para tanto, a capacidade de construir “[...]proposições tecnicamente competentes, realistas e plausíveis [...]”, como destaca Favareto (2006, p. 29-37), passa a ser uma questão importante para a relação propositiva com o Estado. Essas exigências de uma certa expertise interna ao sindicalismo rural se intensificam na década de 1990, quando se assiste às transformações no mundo do trabalho e com ela, a introdução de novas tecnologias de produção e gestão.

As 'mulheres estudadas' presidentes dos STTRs, incluem-se na chamada 'quarta geração' de lideranças, assim definida pelo 'grupo do movimento social da região' para falar dos agricultores e seus filhos/as que usufruíram da conquista de políticas públicas, “[...] a nova geração que está chegando [...] é a turma que ficou na terra por conta dos FNO's, das conquistas da educação básica, etc [...]” (Neto

Portugal, 60 anos). Portanto, a possível desconstrução da masculinização daqueles quadros institucionais, estaria ligada também ao contexto das políticas públicas, notadamente as específicas para mulheres do campo, como podemos depreender também das análises de Parry Scott (2010, p. 16), reportando-se ao acesso a programas de crédito como o PRONAF, PRONAF-mulher; de previdência e de outras transferências. Essas ações públicas, certamente em um efeito não previsto, impulsionaram a participação de mulheres em ações coletivas.

Como vejo, além das ações públicas decorrentes das políticas e programas acima mencionados nas áreas de créditos, renda, saúde, etc, a Educação do Campo e o curso Etnodesenvolvimento têm cumprido importante papel na criação de novos cenários de relações sociais no campo por qualificarem a intervenção de mulheres (requeridas pela ação coletiva), as habilitando à novas posições de poder (por vezes ainda mescladas pela forma onipresente de atuação sexista) e a construírem outras subjetividades (em formas de atuação talvez não previstos pela ação coletiva) como apontam os depoimentos de egressos/as.

ELAS NOS ESPAÇOS DE PODER DA AÇÃO COLETIVA: O CASO DE JÉSSICA EM PLACAS

Não acho que foi fácil isso [ao avaliar a chegada das mulheres à presidência de STTRs da região Transamazônica]. A luta das mulheres por dentro do movimento sindical... o nosso movimento sindical era machista. Nosso movimento sindical, as principais direções eram de homem, mas essa luta das mulheres foi importante [...]. Inclusive as mulheres hoje têm feito proposições para o campo que, talvez, muitos homens não fizeram[...] (João PT, 54 anos. Liderança antiga do município de Placas. Atual diretor de política agrária da FETAGRI/Pará).

João PT, liderança expressiva do município de Placas onde atuou como presidente do STTR, bem como nos demais quadros institucionais representativos do 'grupo do movimento social da região', traz acima tanto o reconhecimento de processos de mudança no interior dos quadros institucionais da ação coletiva pela presença física e política de mulheres como Jéssica, principal interlocutora nas análises postas aqui, quanto sinaliza alguns importantes desafios para a construção da inserção de mulheres e jovens nesse ambiente institucional, especialmente nos quadros de direção. Jéssica (28 anos, preta, católica, casada e sem filhos) atua há 12 anos no STTR de Placas; ela considera João PT como a referência basilar, ao lado da

sua tia-mãe (também liderança local antiga), quando Jéssica narra a origem de sua inserção nos quadros institucionais da ação coletiva.

Ao ser solicitada para falar da origem de sua participação no 'grupo do movimento social da região', Jéssica aciona elementos importantes definidores da noção de classe que, no caso em estudo em muito está organizada em torno de um relato histórico sobre a origem comum umbilicalmente ligada à territorialização da Transamazônica, o que desde o início já apontava os STTRs como espaços políticos centrais para exercício de poder localmente na interface com latifundiários, fazendeiros, também na disputa pela condução das prefeituras; nesse cenário, fronteiras entre o 'eu' coletivo e os 'outros' foram definindo solidariedades.

A trajetória de Jéssica está permeada pelas principais micro redes de sociabilidade e circulação de informações e recursos que demarcam o 'grupo do movimento social da região, quais sejam: o ambiente familiar militante, o ambiente político sob a liderança do Partido dos Trabalhadores e do STTR, e o ambiente acadêmico. Primeiro a tia a introduziu muito cedo nos quadros institucionais da ação coletiva como "acompanhante nas atividades da Casa Familiar Rural, nas passeatas etc", como ela esclarece, depois em 2011 João PT, então presidente do STTR, a inseriu como 1ª Secretária dessa instituição. Ele "[...] percebeu que ela tinha grande desenvoltura para o lado social e passou a levá-la para os eventos, inseriu ela dentro do cenário político, social e sindical [...]", narra Julimar (37 anos. Egresso do curso Educação do Campo) ao se referir ao percurso de Jéssica até chegar à posição sociopolítica atual. Nesse interim sua formação político-sindical acadêmica foi se dando seguindo uma trajetória mais ou menos típica de lideranças do 'movimento': ainda em 2011, ela foi convidada por João PT para participar dos cursos oferecidos pela FETAGRI e pelos STTRs da região através da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC), a partir daí "[...] eu sai do quadro de funcionária para liderança [...]", destaca Jéssica. Na avaliação de Julimar, ratificada por Jéssica, "[...] ela pegou pra si essa responsabilidade e o curso Educação do Campo contribuiu demais para essa decisão [de ser uma liderança]. Hoje ela é uma referência sindical no município e na região".

Nesse percurso é interessante observar o papel da formação, especialmente acadêmica, para essas agentes tomarem para si o lugar social de "ser

liderança” e para a legitimidade e reconhecimento externo para a partir dessa posição atuar: “[...] o fato de estar no curso, o nosso comportamento como profissional muda quando a gente obtém conhecimento. Eu ouvi comentários das pessoas que trabalharam comigo, dessa evolução como profissional que veio através do curso”, e complementa ainda ao se reportar à formação universitária: “[...] eu entendi que tinha uma luta por trás daquela sala de escritório que eu ficava dentro do sindicato!”, destaca Jéssica.

Um misto de reputação advinda da tradição construída pela luta das famílias de origem dessas egressas na implantação e permanência dos STTRs, ao modo de um capital social herdado, ao lado dos investimentos coletivos de formação nos próprios quadros institucionais da ação coletiva funcionaram como motivação ou espécies de agenciamentos capacitadores para a atuação militante e mediadora, mas a formação universitária aparece também nas representações das demais egressas presidentes de STTRs como uma espécie de consagração pública para esse tipo de atuação potencializando tanto para assumir esse lugar, quanto as habilidades aí requeridas: “Está no sangue. Venho da base do sindicalismo. Minha vinda para o sindicato não é por acaso, estou para dar continuidade à luta que minha família iniciou no sindicato, e o curso só ajudou para isso tudo” (Mariângela, 38 anos. Egressa do curso Educação do Campo. Presidente do STTR de Brasil Novo).

O modus operandi e as micro redes de atuação mediadora de Jéssica em Placas

[...]depois das prefeituras, os nossos sindicatos hoje são nossas maiores representações. [...]quando eu fui presidente do sindicato de Placas, tinha dias que eu atendia mais gente no sindicato do que o Negão [prefeito à época]. Isso é porque a gente tem essa compreensão do desenvolvimento regional (João PT, 54 anos. Liderança antiga do município de Placas. Atual diretor de política agrária da FETAGRI/Pará).

O trecho acima expõe as reflexões de João PT sobre a configuração de forças sociopolíticas em Placas, deixa claro o lugar de importância dos STTRs no contexto local da Transamazônica, quanto ao seu papel de interlocutor junto ao poder público e ainda mais como referência política junto à agricultura familiar (sobretudo na garantia e consecução de direitos e serviços), e referência histórica (no sentido da aglutinação dos colonos agricultores e até de um certo lugar de

memória, que “foi criado pela nossa luta” e “que tirou a gente das mãos do patrão”). Placas, segundo classificação do IBGE (2010), assim como os demais municípios da região Transamazônica, são definidos como municípios rurais remotos.

A posição do STTR e seu ambiente institucional na figuração das relações em Placas, marcam Jéssica subjetiva e objetivamente, de forma que sua ruralidade, entendida como a relação que ela estabelece com o espaço rural de origem, atribuindo sentido social às suas ações mediadoras têm constituído a continuidade do caráter político do campesinato, pois que este é, tal como define Esmeraldo (2013, p. 138), “[...] tecido nas relações sociais e se exprime em manifestações de resistência e compromisso com modos de vida [...]. Em Placas, a despeito da força econômica da agricultura familiar, o aparato público, não se volta às características e demandas de um município rural, tendo em vista a tradicional relação de parcerias políticas entre poder público municipal e grupos socioeconômicos divergentes do campesinato.

As redes pelas quais Jéssica tece suas agências dedicadas ao ‘grupo do movimento social da região’ são as mesmas nas quais sua trajetória social e militante está ancorada, mas seu *modus operandi* traz muitos elementos de reação ao contexto desfavorável de Placas atualmente, onde se assiste à falta de representatividade da agricultura familiar no poder público municipal, conseqüentemente há pouca entrada do STTR nas secretarias municipais para consecução de recursos e serviços; ainda no cenário local, o STTR e o movimento social camponês como um todo, segundo avaliação de Jéssica e das demais egressas presidentes, passam por um momento de crise de legitimidade, lido por elas como “a não referência do STTR para os agricultores” e esse quadro é intensificado pelo que elas definem como “perseguição aos STTRs” pelas últimas gestões federais de extrema direita que a partir da destituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário ainda no governo Temer em 2017 (ano de início da primeira gestão de Jéssica no STTR), tem “[...] feito essa defesa do agro e a diminuição da agricultura familiar”, destaca Jéssica ao avaliar as condições objetivas para a realização de seu mandato de presidenta. Dentre as formas de engessamento institucional dos sindicatos ela destaca a transferência para a prefeitura, de serviços antes feitos pelo STTR e importantes para sua manutenção financeira e política.

Tal forma de atuação da ação pública federal, avalia Jéssica, contribuiu para “afastar o agricultor do sindicato” agudizando a já instalada “crise da base” desde meados de 1990, conseqüentemente, uma das linhas de atuação dessa egressa, seguindo os direcionamentos também da FETAGRI regional, tem sido a “recuperação do sindicato como uma referência”. Dentre as estratégias de atuação de Jéssica estão a diretriz de: “Voltar aos trabalhos de base, a volta de sentar na comunidade com o agricultor, isso que a gente teve que reaprender nesse governo Bolsonaro” (Jéssica, 28 anos. Presidente do STTR de Placas).

Além do trabalho de base, mesmo em meio a um quadro de pandemia pelo corona virus, a atuação mediadora de Jéssica, no âmbito interno ao STTR, reflete a característica mais pragmática e técnica de gestão exigidas pelo ambiente institucional do novo sindicalismo em um cenário de “perseguição aos sindicatos”, e de tentativas de “recuperação do papel de referência do sindicato junto aos agricultores”. Portanto, um trabalho de organização burocrática foi necessário desde o início de sua primeira gestão em 2017 para legalização do funcionamento do STTR via consecução do registro sindical que desde sua fundação em 1996 não possuía, pois não tinha cadastro junto ao Ministério da Economia, o que, agora, dá a essa instituição segurança jurídica, inclusive para celebrar convênios com o INSS, dentre outras instituições. Esse *modus operandi* mais técnico e atento ao mundo do trabalho e da gestão burocrática é acionado por Jéssica para diferenciar sua forma de gestão em relação aos demais presidentes: “Essa diferença que eu vejo, antigamente os presidentes puxavam muito esse lado somente da luta; hoje tem que ser as duas coisas: a casa tem que estar arrumada para poder avançar [...]”.

Profissionais como Jéssica, presidente de sindicato, no papel de mediadora, dado o seu *métier*, desenvolvem uma forma de mediação técnica e de prestação de serviços, conforme se pode depreender da tipificação realizada por Neves (2008). Os mesmos “[...]atuam colocando explicitamente em relação dois “seres sociais” (instituições que objetivam políticas e programas públicos, por um lado, e, por outro, reais ou potenciais beneficiários [...]).”

Também, suas habilidades na gestão têm contribuído para dar uma orientação competente aos agricultores sindicalizados na garantia de direitos, como podemster uma ideia a partir das reflexões enunciadas pela própria Jéssica ao falar

da sua forma de agir, especialmente na garantia das Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAPs) aos sindicalizados. Esse feito, tem construído tanto o respaldo do sindicato junto aos agricultores familiares, quanto atraído a atenção e reconhecimento externo, a exemplo dos bancos para a consecução de créditos agrícolas sob a mediação da presidente do STTR ou “usando” a organização interna e sistematização de dados acerca da contribuição da agricultura familiar do município para conseguir adesão de vereadores e a barganha de serviços: “[...]o sindicato é único emissor de DAP hoje em Placas [...]. O banco da Amazônia não chamava pra discutir os projetos dentro do banco, agora chama” (Jéssica, 28 anos. Presidente do STTR de Placas).

Mediação são ações situadas contextualmente, de articulação de agentes, atores na consecução de recursos (materiais e simbólicos) e, especialmente no contexto de Placas nesses quase sete anos que Jéssica tem assumido a presidência do STTR, o exercício de ações mediadoras externas à rede imediata de atuação (o STTR, os agricultores filiados, a FVPP, etc) foram direcionadas, além da negociação com agentes bancários, para o campo político de diálogo com a ação pública e agentes do Estado, na construção de pontes para consecução de soluções diversas com o intuito de cobrir ‘buracos’ deixados pelo contexto de arrefecimento da ação coletiva junto aos agricultores e pela forma de atuação do governo federal de extrema direita (aliado político do governo municipal). Ao que se vê, Jéssica apresenta um *modus operandi* atento a alianças, cooperações locais e oportunidades políticas em um cenário de desmonte de políticas públicas.

Esses trunfos políticos, a capacidade de organização interna do STTR em meio à autoridade conquistada, tem construído uma espécie de articulação de redes de instituições em situações de fragilização das ações do Estado e políticas públicas, e ainda em um contexto adverso politicamente para o exercício de mediações a qual, pela natureza de seu significado, passa pela construção de consensos e trocas para o acesso a equipamentos públicos, benefícios governamentais, criação de canais de acesso dos agricultores e agricultoras familiares à administração pública. Das narrativas de Jéssica sobre sua forma de atuação, trago a seguir uma das situações de retorno prático aos agricultores do *modus operandi* dessa egressa em situações mediadoras envolvendo suas “ações para dentro” (ou seja, para “organizar a casa”,

como destacou Jéssica) e “para fora”, para o diálogo ou criação de redes com agentes externos ao campesinato. Um exemplo disto segue abaixo:

Os espaços de feiras são, comumente, lugares viabilizadores da autonomia financeira dos agricultores familiares tendo em vista o potencial socioeconômico delas se orientadas para essa finalidade. Não é o caso do município de Placas, onde a feira parece funcionar ao contrário, como um não-lugar dos agricultores, muito menos do STTR devido a uma certa “prefeiturização” da mesma, como esclarece Julimar (37 anos. Egresso do curso Educação do Campo. Em 2022, Jéssica protagonizou uma interessante atuação mediadora junto à prefeitura com o objetivo de tornar a agricultura familiar visível e valorizada, bem como tentar criar outros espaços de feira que de certa forma sirvam de espaços de aprendizado aos próprios/as agricultores/as no sentido de se verem e serem vistos como produtores de alimentos e força econômica no município (diferente da atual feira gerida pela prefeitura), Jéssica negociou direto com a prefeita o patrocínio para a realização da tradicional festa da agricultura familiar dentro da feira agropecuária, estes espaços já são uma referência no município representando grupos sociopolíticos divergentes (a agricultura familiar e o agronegócio, respectivamente). Além disso, dentro da festa agropecuária, Jéssica conseguiu negociar a realização de uma primeira feira da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os repertórios de atuação das egressas dos cursos universitários diferenciados à frente dos STTRs, descortinam o que a política pública é capaz de produzir a partir de uma estratégia “de dentro”, do olhar de seus contemplados: 1- especialmente as políticas públicas de ação afirmativa e programas que versam sobre serviços públicos diferenciados conforme demandas e proposições de grupos específicos, são mais compatíveis com a ideia de desenvolvimento de forma plena como “expansão das capacidades humanas”, como nos diz Amartya Sen (2000), assim, os cursos universitários diferenciados, de forma prática, extrapolam os objetivos formais para eles previstos, como a formação profissional de professores para atuar na educação básica. Estas egressas têm construído um tecido social atento ao fortalecimento do campesinato internamente, quando

recupera da “base” política, e externamente na relação com atores e instituições mesmo em cenário adverso à alianças e consecução de serviços públicos compatíveis com as demandas da agricultura familiar, tal não é outro o caminho para a reprodução desta condição social historicamente ameaçada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, trabalhadores**: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, núm. 62, outubro, 2006, pp. 27-44.

JORDAN, A, Bauer, Mw & GREEN-PEDERSEN, C. **Policy dismantling**. Journal of European Public Policy, 20, 2013, pp. 795-805.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação Social e mediadores políticos. In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES, n. 271. Março de 2007.

SCOTT, Joan. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. Gender and the Politics of History. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press. 1989.

SCOTT, Parry. **Gênero e Geração em contextos rurais**: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs). Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SEN, Amarya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
VELHO, Gilberto. **Metrópole, cosmopolitismo e mediação**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 15-23, jan./jun. 2010.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato** - um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.